—Revista de
Ciências
Humanas
— UFSC

Neoliberalismo e segurança: investigações a partir da obra de Michel Foucault

Neoliberalismo y seguridad: investigaciones basadas en el trabajo de Michel Foucault

Neoliberalism and security: investigations based on the work of Michel Foucault

Lucio Flávio de Santana Gimenes ^a e Danichi Hausen Mizoguchi ^b

^a Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: luciogimenes@discente.ufg.br

^b Doutor e mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. É professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e do e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da mesma universidade. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: danichihm@hotmail.com

Resumo: Para quem busca pensar a segurança, Michel Foucault figura dentre os principais autores de referência. A partir do conceito de segurança presente em sua obra, este artigo pretende investigar como se configura a segurança no contexto neoliberal contemporâneo. A pesquisa nos levou a pensar a ascensão do liberalismo como ponto de mudança na qual as práticas de governo tomaram a segurança como eixo da governamentalidade. Entendemos que o liberalismo emergiu com a promessa republicana de liberdade para todos, mas se efetivou como sociedade de segurança cujas relações de poder se fundamentam no controle das populações.

Palavras-chave: segurança; neoliberalismo; disciplina; biopolítica; governamentalidade.

Resumen: Para aquellos que buscan pensar en la seguridad, Michel Foucault es uno de los principales autores de referencia. Basado en el concepto de seguridad presente en su trabajo, este artículo tiene como objetivo investigar cómo se configura la seguridad en el contexto neoliberal contemporáneo. La investigación nos llevó a pensar en el surgimiento del liberalismo como un punto de inflexión en el que las prácticas gubernamentales tomaron la seguridad como un eje de la gubernamentalidad. Entendemos que el liberalismo surgió con la promesa republicana de libertad para todos, pero se hizo

Como citar o artigo: SANTANA, L. F.; GIMENES, MIZOGUCHI, D. H. Neoliberalismo e segurança: investigações a partir da obra de Michel Foucault. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 53, 2019 DOI: 10.5007/2178-4582.2019.e58214

Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

efectivo como una sociedad de seguridad cuyas relaciones de poder se basan en el control de las poblaciones.

Palabras clave: seguridad; neoliberalismo; disciplina; biopolítica; gubernamentalidad.

Abstract: For those who seek to think about security, Michel Foucault is one of the main reference authors. Based on the concept of security present in his work, this article aims to investigate how security is configured in the contemporary neoliberal context. The research has led us to think of the rise of liberalism as a turning point in which government practices took security as the axis of governmentality. We understand that liberalism emerged with the republican promise of freedom for all, but it became effective as a security society whose power relations are based on the control of populations.

Keywords: security; neoliberalism; discipline; biopolitics; governmentality.

1 INTRODUÇÃO

A política que rege os processos de subjetivação próprios do capitalismo financeiro que se instalou no planeta a partir do final dos anos 1970 aparece recentemente em nosso país em uma estranha conjunção entre o discurso fascista e as diretrizes econômicas neoliberais. Concomitante a essa conjunção, emergiu um incremento do questionamento acerca da eficácia das políticas de segurança pública que estão sendo empregadas para o controle da violência urbana, notadamente nas capitais estaduais. Produzir uma reflexão histórica e conceitual, em tempos nos quais as políticas que vêm se efetivando têm intenções opostas ao que podemos chamar de campo progressista, é uma tarefa fundamental para a construção de ferramentas para compor os embates diários que o presente demanda. É preciso fazer um esforço para nos afastar daquilo que Michel Foucault (2014) chamou de polêmica e adentrar naquilo que ele chamou de problematização. Um esforço para nos afastar do jogo retórico de quem tem diante de si um inimigo e procede atrelado a privilégios obtidos antecipadamente – os quais nunca aceita pôr em discussão –, aproximando-nos de um jogo político marcado pela possibilidade de desvios.

Tais movimentações, conforme defenderemos, dizem respeito ao lugar que a segurança ocupa nas estratégias do capitalismo financeiro. Todavia, o viés exclusivamente econômico não é bastante: o enfrentamento deste campo problemático impõe um olhar transdisciplinar, já que estão nele imbricadas inúmeras camadas de realidade, tanto no plano macropolítico – fatos e modos de vida em sua exterioridade formal –, quanto micropolítico – forças que atingem a realidade, dissolvendo suas formas e engendrando outras, num processo que envolve o desejo e a subjetividade (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Diante disso, o objetivo deste artigo é colocar em análise a produção de subjetividade presente no contexto dos mecanismos de demandas de incrementos nas políticas de segurança no Brasil contemporâneo – um jogo genealógico de desejo. Para tal, partiremos do conceito de segurança de acordo com o pensamento de Michel Foucault, um autor que, segundo Mizoguchi (2018, p. 365), “[...] não se coloca junto ao naipe de pensadores que se dedicam a definições exaustivas para os conceitos que forjam, [contudo] também é verdade que a quase inexistência de definições terminológicas explícitas na obra foucaultiana não impede que os conceitos sejam compreendidos, delimitados e agidos por seus leitores”.

Trabalhamos a partir da perspectiva segundo a qual os processos de subjetivação produzem os modos de relações humanas até mesmo em suas representações inconscientes, nos modos como se trabalha, como se ensina, como se ama, como se fala, etc. Assim, a ordem capitalística fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo, a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o corpo, com a alimentação, com a ideia de tempo. Segundo Guattari e Rolnik (1993, p. 44), “o que faz a força da subjetividade capitalística é que ela se produz tanto ao nível dos opressores quanto dos oprimidos”. Apoiados nessas indicações, esboçaremos algumas vias de prospecção micropolítica acerca da temática proposta neste estudo.

2 FOUCAULT E A SEGURANÇA

Em seu curso ministrado no Collège de France em 1977-1978, *Segurança, território, população*, Michel Foucault toma como objeto o saber político que coloca no centro de suas preocupações a noção de população e os mecanismos construídos para assegurar sua regulação. Seu fio condutor é a ideia de governo, o nascimento de novas formas de relações econômicas e sociais e o desenvolvimento da razão de Estado.

Como aponta o próprio nome do curso, nele foi abordada a noção de segurança e sua gênese na sociedade ocidental, desenvolvendo-se questões relacionadas ao território, com o exemplo das cidades do século XVII e as práticas de encarceramento – que infligiam ao condenado uma série de exercícios, trabalhos, técnicas penitenciárias e moralizações. O curso também abordou a questão da organização populacional a partir das ideias de prevenção, algo que se tornará parte dos modelos de cidade no Ocidente com o advento da racionalidade moderna.

Nesse curso Foucault mostra como, a partir das mudanças nas técnicas de governo para prevenir a escassez alimentar – um evento que acometia as sociedades, causando desordem e revolta social, ou o que Silva (2005) chamou de “o social como um problema” –, são produzidos dispositivos de segurança que agem na realidade dos objetos e das populações. Além dos comportamentos a serem produzidos pelas disciplinas, os efeitos também serão modulados: “É muito mais a realidade do cereal do que o medo da escassez que vai ser o acontecimento que vamos procurar entender”, diz Foucault (2008b, p. 49). “Em outras palavras, é um trabalho no próprio elemento dessa realidade que é a oscilação abundância/escassez, carestia/preço baixo, é apoiando-se nessa realidade, e não tentando impedir previamente, que um dispositivo vai ser instalado, um dispositivo que é precisamente, a meu ver, um dispositivo de segurança e não mais um sistema jurídico-disciplinar”.

Ao contrário da disciplina, Foucault dirá que a segurança é centrífuga, ela está sempre ampliando seu alcance e integrando novos elementos todo o tempo; integra a produção, o modo de fazer dos produtores, compradores, consumidores, exportadores, ou seja, trata-se de uma organização de circuitos cada vez mais amplos.

O poder se exerce, nas sociedades modernas, através, a partir do e no próprio jogo dessa heterogeneidade entre um direito público da soberania e uma mecânica polimorfa da disciplina. Isto não quer dizer que vocês têm, de um lado, um sistema de direito tagarela e explícito, que seria o da soberania, e depois disciplinas obscuras e mudas que trabalhariam em profundidade, na sombra, e que constituiriam o subsolo silencioso da grande mecânica do poder. De fato, as disciplinas têm seu discurso próprio [...] Elas são extraordinariamente inventivas na ordem desses aparelhos de formar saber e conhecimentos, e são portadoras de um discurso, mas de um discurso que não pode ser o discurso do direito, o discurso jurídico. O discurso da disciplina é alheio ao da lei; é alheio ao da regra como efeito de vontade soberana. Portanto, as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra. Não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma (FOUCAULT, 2010, p. 33).

Para Foucault (2008b), os mecanismos de segurança operam uma relação entre a lei e o legal, interligada por um conjunto adjacente de técnicas psicológicas, médicas, policiais, que são do domínio do diagnóstico, da vigilância e da transformação eventual dos indivíduos e da população. Os mecanismos de segurança estão articulados à demanda de lei e de ordem. A lei proíbe, a disciplina prescreve, “[...] a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos de segurança” (Foucault, 2008b, p. 61).

O que o dispositivo de segurança gera, por meio de uma racionalidade do ambiente, é o meio e o que circula e ocorre nele. O dispositivo de segurança, assim, constitui-se como uma rede de relações

composta por elementos heterogêneos cuja formação atende à função de responder a uma urgência: a passagem da norma ao risco. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica, é forjado e sustenta-se por meio de uma inflação legal gigantesca: quanto mais lei, maior o raio de punição e de penas a administrar por uma regulamentação das relações cada vez maior. Quanto mais se fabrica a sensação de insegurança, mais a sociedade aceita os controles, as normas.

Assim, podemos perceber que há uma ideia de governo dos homens que pensa primeiro e fundamentalmente na natureza das coisas: há uma ideia de uma administração das coisas que pensaria antes de tudo na liberdade dos homens, no que eles querem fazer, no que eles têm interesse em fazer, no que eles pensam em fazer. Um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza, um poder que se pensa como regulação, que opera apoiando-se na liberdade individual. Ou seja, a política de relação que se estabelece define, por sua vez, um modo de subjetivação que muda conforme as transformações históricas, pois cada regime depende de formas específicas de subjetividades para sua viabilização no cotidiano de todos e de cada um – aquilo que Deleuze (2005) chamou de “alterações de diagramas”.

Foucault (2008b) diz que, diferentemente da disciplina, que recorta a multiplicidade e nesse movimento a individualiza, a segurança opera sobre a população como multiplicidade. As tecnologias de segurança regulam o que é definido como perigo, e para inibi-lo atravessam a todos, mesmo que de formas diferentes, de acordo com os setores a que são orientadas as estratégias. Diante de tal produção, Foucault (2008b, p. 15) se pergunta: “Em nossas sociedades a economia geral de poder está se tornando da ordem da segurança?”

A partir de sua questão, podemos indagar: se a referência jurídico-política do neoliberalismo é a constituição do cidadão, e este é um ser livre, cuja liberdade depende da segurança, está nesta, então, a centralidade das relações sociais liberais como Hobbes havia antevisto (CASTEL, 2005, p. 14)? Neste mesmo sentido podemos ampliar tal problematização com a seguinte questão: se a gestão política se dá por meio de estratégias de governo, serão as estratégias de segurança o eixo da governabilidade contemporânea?

3 DISPOSITIVO DE SEGURANÇA E GOVERNAMENTALIDADE

De acordo com Foucault, não se trata de identificar os períodos históricos como se houvesse um período arcaico, o da soberania; um moderno, o das disciplinas; e um contemporâneo, o da segurança e da biopolítica. Historicamente não há sucessão desses diferentes dispositivos, mas uma simultaneidade. O que muda de um período para o outro é o modo em que essas diferentes formas de exercício do poder se relacionam entre si e, no contexto desse jogo, qual desses dispositivos exerce a função dominante (Foucault, 2008b, p. 11).

Os dispositivos disciplinares e os de segurança sempre existiram ao seu modo, não são exclusivos da Modernidade. Contudo, por razões políticas e econômicas, na Modernidade eles adquirem maior relevância ao estenderem-se por toda a sociedade ocidental. Desse modo, os dispositivos disciplinares e biopolíticos se convertem nas novas técnicas políticas, necessárias para governar as multiplicidades urbanas e ajustá-las à dinâmica de produção e consumo de uma sociedade industrial e capitalista, o que não significa que o dispositivo soberano tenha deixado de funcionar, ele apenas deixou de ser o dispositivo predominante. Nesse contexto historicamente mais complexo que o da simples sucessão linear, para descrever o funcionamento da biopolítica Foucault se serve do conceito de dispositivos de segurança. Como em *Vigiar e punir* (Foucault, 1987), a propósito da “disciplina”, também o termo “segurança” é utilizado com um sentido muito preciso, que se define a partir de quatro elementos: o meio, a aleatoriedade, a normalização e a população.

Entende-se o meio como o conjunto de elementos naturais (como a vegetação, a fauna, os rios, etc.) e artificiais (como as aglomerações humanas ou as estradas), e as interações que se produzem entre eles em razão da circulação de homens, animais e coisas, com as ameaças e perigos que isso implica

(FOUCAULT, 2008b, p. 27-28). Os dispositivos de segurança se ocupam de fenômenos de massa, em série, de longa duração. Por isso a importância que, no desenvolvimento desses dispositivos, teve o que no século XVIII se denominava ciência da polícia ou, como passou a ser chamada, a estatística. Na medida em que se trata de administrar esse conjunto e seus efeitos, os dispositivos de segurança devem funcionar tendo em conta a aleatoriedade dos acontecimentos futuros. Diferente de quanto sucede nas disciplinas, não se trata de adaptar os acontecimentos a uma norma estabelecida com antecedência, mas de seguir as tendências gerais que eles descrevem. Assim, enquanto no caso das disciplinas a norma é anterior e externa, no dos dispositivos de segurança é internalizada, por assim dizer.

Para distinguir essas duas diferentes maneiras de relacionar-se com o normal, Foucault propõe reservar o termo “normalização” para os dispositivos de segurança, e o termo “normação” para as disciplinas (FOUCAULT, 2008b, p. 83). Por fim, a população não se define nem como multiplicidade de sujeitos jurídicos, dos quais se ocupa a soberania, nem como a multiplicidade de corpos individuais, objeto das disciplinas, mas como uma multiplicidade de indivíduos “que estão e que só existem, profunda, essencial e biologicamente, ligados à materialidade dentro da qual existem” (FOUCAULT, 2008b, p. 28).

Em relação aos dispositivos de segurança, em resumo,

[...] não se trata de adotar o ponto de vista nem do que está permitido nem do que é obrigatório, mas de tomar distância para captar o ponto em que as coisas se produzirão, sejam desejáveis ou não; vale dizer que se trata de compreendê-las no nível de sua natureza ou de tomá-las em sua realidade efetiva [...]

O mecanismo de segurança funcionará a partir dessa realidade, tentando a apoiar-se nela e fazê-la intervir, fazer jogar os elementos, cada um em relação aos outros [...] Essa regulação no elemento da realidade é, creio, a função fundamental dos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008b, p. 61).

Nessa perspectiva, governar consiste em coordenar condutas, em introduzir um conjunto de ações sobre ações possíveis: incitando-as, induzindo-as, desviando-as, facilitando-as ou dificultando-as, fazendo-as mais ou menos prováveis, conforme Foucault entende as expressões do poder (DELEUZE, 2005, p. 78).

Junto com a formação dos dispositivos de segurança surge esse novo personagem político que é a população. Certamente não é a primeira vez que nos encontramos com esse termo ou com esse conceito no pensamento político, como o provam as numerosas considerações acerca da importância política da relação entre a população e o território. Um território despovoado, por exemplo, não tem o mesmo significado político que um habitado. Não se trata de uma novidade no sentido absoluto, a novidade disso está na forma que o conceito de população toma no contexto dos dispositivos de segurança.

Ou seja, é com os dispositivos de segurança que a população aparece: por um lado, em sua dimensão biológica, em sua naturalidade, suas variações em relação ao clima e à geografia, suas taxas de crescimento e mortalidade, os desejos que movem seus comportamentos, etc.; por outro, em sua dimensão pública: as opiniões, os comportamentos, os hábitos, as convicções, etc. A população, esse novo personagem político, é, precisamente, o que se estende desde o enraizamento biológico da espécie humana até o público (FOUCAULT, 2008b, p. 88). O homem das ciências humanas e do humanismo do século XIX (o homem como ser vivo, indivíduo que trabalha e sujeito que fala) é, afirma agora o autor, uma “figura da população” (FOUCAULT, 2008b, p. 103).

Partindo da análise dos dispositivos de segurança e da problemática moderna da população, Foucault é conduzido até a questão do governo e da governamentalidade. Quanto mais se falava de população mais falava de governo e menos de soberano (FOUCAULT, 2008b, p. 99). Nesse contexto, com efeito, a governamentalidade se define pelo conjunto de instituições, cálculos e táticas que têm “por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008b, p. 143).

Para Foucault, as primeiras formulações dessa nova governamentalidade científica moderna se encontram no gênero denominado “arte de governar” (FOUCAULT, 2008b, p. 123). O propósito geral dessa literatura é abordar as maneiras de exercer o poder “sob a forma e o modelo da economia” (FOUCAULT, 2008b, p. 127). Às primeiras elaborações do cameralismo e do mercantilismo, seguirão depois a razão de Estado e o liberalismo.

No que concerne à razão de Estado, analisada de maneira particular em *Segurança, território, população* (FOUCAULT, 2008b), o fortalecimento do poder do Estado se define a partir de duas linhas fundamentais: uma se trata do desenvolvimento de um novo aparato diplomático-militar para ocupar-se da política exterior, e a outra se trata da polícia, para a política interior. Temos assim que, por um lado, a guerra se converte em uma questão de equilíbrio entre Estados; surgem os exércitos profissionais e se estabelece uma diplomacia que busca regular as relações jurídicas. Por outro lado, de acordo com o que na época se chamava polícia, toma forma um aparato governamental de caráter administrativo para encarregar-se da educação das crianças e dos jovens, da saúde pública, das regras de comércio, dos caminhos e da urbanização, etc. O objeto da polícia é a regulação dos cidadãos ou, mais precisamente, a regulação de suas vidas:

Ou seja, o que era objetivo da polícia, no sentido clássico do termo, no sentido dos séculos XVII-XVIII – fazer a força do Estado crescer respeitando a ordem geral –, esse projeto unitário vai se desarticular, ou antes, vai tomar corpo agora em instituições ou em mecanismos diferentes. De um lado, teremos os grandes mecanismos de incentivo-regulação dos fenômenos: vai ser a economia, vai ser a gestão da população, etc. De outro, teremos com funções simplesmente negativas, a instituição da polícia no sentido moderno do termo, que será simplesmente o instrumento pelo qual se impedirá que certo número de desordens se produza (FOUCAULT, 2008b, p. 475).

Nesse contexto o liberalismo surge precisamente como reação ou transformação – Foucault se serve de ambos os conceitos – da governamentalidade política da razão de Estado, que teve lugar no século XVIII e a partir da economia política. Sua preocupação fundamental já não é regulamentar a vida dos cidadãos, mas o contrário, limitar o exercício do poder estatal a partir da própria prática de governo, internamente, sem recorrer aos mecanismos do direito. Para a racionalidade econômica liberal, a função essencial do Estado consiste em “garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos da população” (FOUCAULT, 2008b, p. 474). Nesse sentido, a época do liberalismo e, trazendo para o contemporâneo, a do neoliberalismo, não são períodos da liberdade, mas da segurança.

4 UMA VIRADA NEOLIBERAL

Como concepção política, o núcleo do liberalismo está constituído pela determinação das formas de autolimitação do exercício do poder do Estado. Os liberais clássicos do século XVIII haviam encontrado no mercado o mecanismo que lhes permitia estabelecer quando se governava demasiado, ou seja, correta ou incorretamente. Por isso firmaram o Estado sob tutela do mercado (FOUCAULT, 2008b, p. 475).

Segundo Foucault (2008b, p. 479), para os liberais o mercado constitui um dispositivo de verificação que funciona na medida em que se supõe que seus mecanismos são, de alguma maneira, naturais e têm suas próprias leis. Para os neoliberais, em contrapartida, o dispositivo de verificação já não é o mercado (cuja natural espontaneidade é inclusive posta em dúvida por alguns deles), mas a empresa. O objetivo do neoliberalismo é que a trama da sociedade tenha a forma da empresa. O princípio regulador de autolimitação da ação governamental já não é a racionalidade que emerge das formas de intercâmbio de produtos, mas a que emerge do exercício da competitividade: do cálculo de custos e benefícios.

Então, enquanto concepção antropológica e como contrapartida da busca de autolimitação do poder do Estado, a preocupação fundamental do neoliberalismo é estabelecer as formas não estatais de governamentalidade do homem. Aqui também, diferente do liberalismo, o homem “que se quer reconstituir não é o homem do intercâmbio, não é o homem consumidor, mas o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2008a, p. 201).

Foucault (2008a) mostra como, nas teorias do capital humano, se aplica o princípio da racionalidade empresarial à análise das condutas dos indivíduos e da população. De modo que, nesse contexto, toda conduta, racional ou irracional, que responda de maneira sistemática às modificações variáveis do meio se converte em objeto da economia (FOUCAULT, 2008a, p. 273). O homem econômico é, por conseguinte, o homem eminentemente governável, aquele que, atuando livremente, se inscreve, por seus comportamentos, em uma curva estatística.

Podemos falar de políticas de subjetivação (DELEUZE, 2005, p. 110), pois é neste terreno que esse regime diagramático ganha consistência existencial e se concretiza. Contudo, no caso específico do neoliberalismo, a política de relação com o outro, o regime de subjetivação, torna-se central no próprio princípio que rege o capitalismo em sua versão contemporânea; o regime neoliberal se alimenta fundamentalmente das forças subjetivas, e é justamente essa passagem que vai nos interessar na relação entre o jogo econômico e as políticas de segurança (DELEUZE, 2010, p. 224).

A ideia ocidental do paraíso prometido corresponde a uma recusa da vida em sua natureza imanente. Em sua versão terrestre contemporânea, o capital substituiu Deus na função de fiador da promessa, e a virtude que nos faz merecê-lo passou a ser o consumo: este constitui o mito fundamental do capitalismo avançado. Diante disso, é no mínimo equivocado considerar que carecemos de mitos na contemporaneidade, pois é exatamente através da nossa crença no mito religioso do neoliberalismo que mundos-imagem produzidos por este regime tornam-se realidade concreta em nossas próprias existências.

O fundamento para agir é dado pela condição jurídica da cidadania, base de acesso a certo modo de vida outorgado pela lei, e fazer valer a lei é a garantia cidadã. O policiamento, por exemplo, é um elemento central à cidadania; assim, toda ação que se diz necessária a ela é apoiada na lógica do direito, portanto, na ordem jurídica. A cidadania convoca as práticas jurídicas e incita à judicialização da vida (SCHEINVAR, 2009, p. 95-96), e pautar a vida em normas jurídicas é uma perspectiva que incentiva a insegurança como condição para falar de segurança.

Para Foucault a segurança é uma forma de controle, cuja tecnologia é acionada pela incitação ao perigo. Um perigo não só retórico, mas declarado por lei, por um dos instrumentos que fazem a máquina de controle funcionar, constrói os inimigos materializando o medo e convocando a máquina judiciária. O medo do outro justifica o acionamento das tecnologias de segurança sob a crença de que se está defendendo a população, tendendo a eliminar o perigo.

Orientar as relações de poder a partir de relações de segurança implica pensar o que é produzido como insegurança e como esta é produzida, ou seja, quais são as estratégias de produção de insegurança, para agir em nome da segurança. A segurança, produzida como uma necessidade do que é chamado “humano”, passa a ser uma área a mais do mercado no mundo do capital: alimenta-se uma indústria de insegurança e um espaço de lucro, vende-se segurança como condição para viver.

A segurança é uma histórica captadora de recursos, e quanto mais alarmismo mais fluxo de capital vemos circular em torno de um mercado tanto de políticas públicas como de grupos privados na forma de empresas, projetos e programas, interferindo nos ajustes econômicos. A segurança é mais um espaço de rentabilidade. Não por acaso a discussão sobre a revisão do Estatuto do Desarmamento está em voga no país, bem como a redução da maioria penal e os desejos por maior encarceramento, simultaneamente à discussão internacional sobre a privatização do sistema carcerário.

A infração penal conduz não só as notícias, como as nossas relações mais íntimas: a educação de filhos, o relacionamento com idosos, as relações conjugais, as relações profissionais; todas as esferas

da vida cotidiana passaram a se pautar por determinações legais que definem padrões. Exemplos cotidianos nos mais diversos serviços públicos e privados, em salas de aula, nos aparelhos da justiça, mostram como cabe ao profissional exigir que as pessoas vivam de determinada maneira e explicar-lhes como devem proceder – para garantir uma renda, para poder matricular um filho na escola, para não ter os seus filhos retirados de sua família e colocados na fila de adoção, para ter acesso a um serviço de saúde, etc.

Uma vida de segurança é uma vida ameaçada pela lei.

O soberano é aquele que é capaz de dizer não ao desejo de todo indivíduo, sendo o problema o de saber como esse “não” oposto ao desejo dos indivíduos pode ser legítimo e fundado na própria vontade dos indivíduos. Enfim, esse é um enorme problema. Ora, vemos formar-se, através desse pensamento econômico-político dos fisiocratas, uma ideia bem diferente, que é a seguinte: o problema dos que governam não deve ser absolutamente o de saber como eles podem dizer não, até onde podem dizer não; o problema é o de saber como dizer sim, como dizer sim a esse desejo (FOUCAULT, 2008b, p. 96).

A insegurança como estratégia de controle, fundamental ao funcionamento da sociedade contemporânea, converteu-se em mais uma indústria de reprodução do capital que coloca nas prateleiras do mercado a segurança em todas as suas apresentações – vide as aparições de condomínios que mais parecem bairros murados, de serviços de monitoramento e de instalação de cercas, de empresas de segurança digital, de corretoras de planos de saúde, de corretoras de seguros diversos, de discursos eleitorais, etc. Um mercado que incentiva práticas jurídicas, aprisionando a potência do humano no enquadramento, na ameaça, no medo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault (2008a, 2008b) encontra peculiaridades nessas tecnologias de organização social que foram sendo construídas na modernidade ocidental, mais especificamente a partir do século XVIII, quando se registrou a passagem da monarquia francesa para a instituição da república, baseada em uma certa democracia que estava se configurando. A essas tecnologias, que visavam dar conta dos problemas sociais surgidos nesse período, decorrentes de crises desse novo modo de governar, Foucault chamou de dispositivos de segurança, pelo seu caráter principal de garantir certa estabilidade social e por instituir o caráter de que a segurança trataria desses efeitos mediados pelo governo. Muitos dos efeitos produzidos por essas tecnologias podem ser pensados atualmente como expressões comuns, como a ordem, a justiça, a liberdade, a polícia, a cidadania, o governo, dentre outras tantas, que são repetidas como se fossem algo bom *a priori*.

Pensar no Estado e seus aparelhos como um bloco distancia-se da perspectiva microfísica que apresentam os estudos de Foucault, de acordo com os quais o poder circula de forma capilar, sorrateira, produzindo subjetivações múltiplas que definem formas diversas de assujeitamento. Na entrevista publicada sob o título *O sujeito e o poder*, Foucault procura frisar o seu interesse não no sujeito, mas nos modos de subjetivação que dão lugar a práticas de assujeitamento: “Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos 20 anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231).

As estratégias de segurança, com todos os seus aparelhos (físicos e humanos), encontram-se com a crença no mercado como regenerador, que finalmente irá gerir com idoneidade e competência a defesa da lei. Recusar o medo como inspiração da vida é um desafio, pois, como poeticamente nos orienta

Deleuze (2010, p. 218), “acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desposaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo que pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volumes reduzidos”.

No longa-metragem *A última abolição*, dirigido por Alice Gomes (2017), a historiadora e professora da Universidade Federal da Bahia Wlamyra Ribeiro de Albuquerque relata um momento em que os mecanismos do poder, disciplina, segurança, lei e norma se confundiram, mas que mesmo assim se mostraram presentes. Ela relata alguns documentos produzidos após a abolição da escravatura que foram encontrados ao longo de sua pesquisa, principalmente documentos que falavam de ex-escravas, reportando-se a esses documentos como se aquelas mulheres saltassem dos textos de suas pesquisas, de tão vivas que eram em seus exercícios de construção de vida por si e para si.

Em muitos registros policiais a historiadora diz encontrar relatos de prisões realizadas pela polícia em rodas de samba, onde essas mulheres estavam comemorando sua abolição, dançando e bebendo. Acerca de um documento que retrata a prisão de ex-escravas negras em rodas de samba, ela relata: “Tem um documento que encontrei que é muito engraçado; toda vez que eu via eu ria, que era um delegado de polícia que dizia assim: ‘Agora que são todos libertos que tipo de coisas eles podem fazer?’

Talvez essa seja a questão ética fundamental ao se pensar a sociedade de segurança na exata urgência que o presente demanda: agora que somos todos libertos, que tipo de coisas podemos fazer?

REFERÊNCIAS

- CASTEL, R. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G. **Conversações**. (Peter Pál Pelbart, Trad.). São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1933 – Micropolítica e segmentaridade. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 3)*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: Rabinow, P.; Dreyfus, H. (Orgs.) **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. (Eduardo Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. (Eduardo Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)**. (Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. Polêmica, Política e Problematizações. In: Motta, M. B. da (Org.). **Ditos e escritos. Ética, Sexualidade, Política, Vol. 5**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica □ cartografias do desejo**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- MIZOGUCHI, D. H. O tacho das botas e as amizades: as políticas do olhar entre o poder e a resistência. **Revista Transversos**, v. 12, p.359-371, 2018. doi: 10.12957/transversos.2018.33711.
- SCHEINVAR, E. **O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- SILVA, R. N. da. **A invenção da Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Filmografia

GOMES, A. (Dir.). **A última abolição**. [Filme-vídeo]. BR, 2017. 85 min.

Histórico	Recebido em: 25/05/2019 Revisado em: 08/10/2019 Aceito em: 20/05/2020
Contribuição	Concepção: LFSG; DHM Coleta de dados: LFSG; DHM Análise de dados: LFSG; DHM Elaboração do manuscrito: LFSG; DHM Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: LFSG; DHM Aprovação final do manuscrito: LFSG; DHM
Financiamento	Não se aplica